Assunto: PARCERIAS

DESPACHO

Como já explanado através do Ofício n. 21/2020, a **Associação de Combate a Desnutrição-NUTRIR** juntamente com **Centro de Recuperação e Educação Nutricional-CREN**, que tem como finalidade capacitar mulheres que vivem em vulnerabilidade social moradoras de favelas de Maceió nos cursos de costura, bordado, artesanato, confeitaria e alimentos saudáveis para que as mesmas possam ingressar no setor produtivo e os seus produtos sejam inseridos nos mercados consumidores

Com a entrada em vigor da Lei nº. 13.019/2014, chamada de “Marco Regulatório do Terceiro Setor”, regula o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público,

No entanto, a regra de Chamamento Público pode dispensado nas hipóteses definidas na legislação de regência. O art. 30, inciso I, da Lei nº. 13.019/2014 traz a previsão da dispensa, nos seguintes termos:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

- I- no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias; [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#).*

A lei Federal n.13.979 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Diante da Crise o Estado de Alagoas publicou.

-Decreto Estadual nº 69.527, de 17 de março de 2020, os Decretos Estaduais nº 69.529, de 19 de março de 2020, 69.530, de 19 de março de 2020, 69.541 de 20 de março de 2020 o Decreto Estadual nº 69.577, de 28 de março de 2020 e por ultimo o DECRETO Nº 69.691, DE 15 DE ABRIL DE 2020 que define,

Art. 1º Fica declarado Estado de Calamidade Pública em todo o território alagoano em virtude do desastre classificado e codificado como Doença Infecciosa Viral – COBRADE 1.5.1.1.0, conforme Instrução Normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional, para fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus, causador do COVID-19.

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os Órgãos Estaduais, no âmbito das suas competências, para envidar esforços no intuito de apoiar as ações de resposta ao desastre, adotando, em conjunto com os órgãos municipais, ações e medidas necessárias para o combate do novo coronavírus (COVID-19).

A Comissão de Monitoramento e Avaliação julgou adequados os objetivos, a justificativa e o cronograma de execução da parceria, aprovando o Projeto em sua integralidade.

Diante do exposto, entendemos haver neste momento, justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração do Termo de Fomento por Dispensa de Chamamento Público, conforme art. 30, Leis Federais nº 13.019/2014 e 13.204/2015.

Saliento que a justificativa e homologação serão disponibilizados no site da SEAGRI/AL, no endereço eletrônico: www.assistenciasocial.al.gov.br, como forma de atender o art. 32, § 1º da Lei Federal nº 13.019/2014 e lei 13.204/2015, correndo o prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação para apresentação de eventual impugnação (art. 32, §2º, da Lei nº. 13.019/2014 e 13.204/2015).

Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias.

Ludmila Cavalcante Freitas de Argolo

Presidente

Sabrina de Sá Damaso

Equipe de apoio